

Cenpec

Por uma educação de qualidade,
com equidade.





Somos uma organização da
sociedade civil sem fins lucrativos
que **promove equidade e**
qualidade na **educação pública**
brasileira.



Sonhamos, projetamos
e construímos equidade
e qualidade educacional
para crianças,
adolescentes e jovens.

**Mais que um ideal,
é esse o nosso dever.**

**Nossa forma de
transformar vidas.**

Desenvolvemos projetos e estudos que contribuem para a melhoria do ensino e da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens.

Nos últimos anos, nosso trabalho alcançou cerca de **44 mil escolas públicas de educação básica em todo o Brasil.**

Nossas ações beneficiam estudantes, professoras(es), gestoras(es) educacionais e demais educadoras(es) que trabalham nas redes públicas de ensino e em espaços educativos.



Como vamos chegar em 2034?

Como garantir o cumprimento efetivo da maioria dos objetivos,
estratégias e metas do atual PNE?

Qualidade técnica do documento:

- ✓ Avanços importantes em relação à qualidade e enfrentamento das desigualdades precisam ser preservados;
- ✓ Melhor precisão e definição das metas – avanços necessários
- ✓ Estabelecimento das estratégias de monitoramento e avaliação

Compromisso político:

- ✓ Compromisso de todos com educação de qualidade para todos e todas: acesso, permanência e trajetória de sucesso- pacto nacional- projeto de nação
- ✓ Financiamento adequado: necessidade de articulação da política educacional a planos de desenvolvimento econômico e social que viabilizem a realização dos objetivos, metas e estratégias neles anunciadas.
- ✓ Aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação

Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA, 2022

Realização:



Iniciativa:



Trajetória EJA no Brasil

- Anos 1940–60:

Campanhas de alfabetização (cruzadas), sem política pública estruturada.

- Anos 60:

Paulo Freire propõe EJA como conscientização e transformação social.

- 1964–80 (ditadura):

Ruptura com o modelo freiriano. Criação do **Mobral** e ensino supletivo com viés tecnocráti

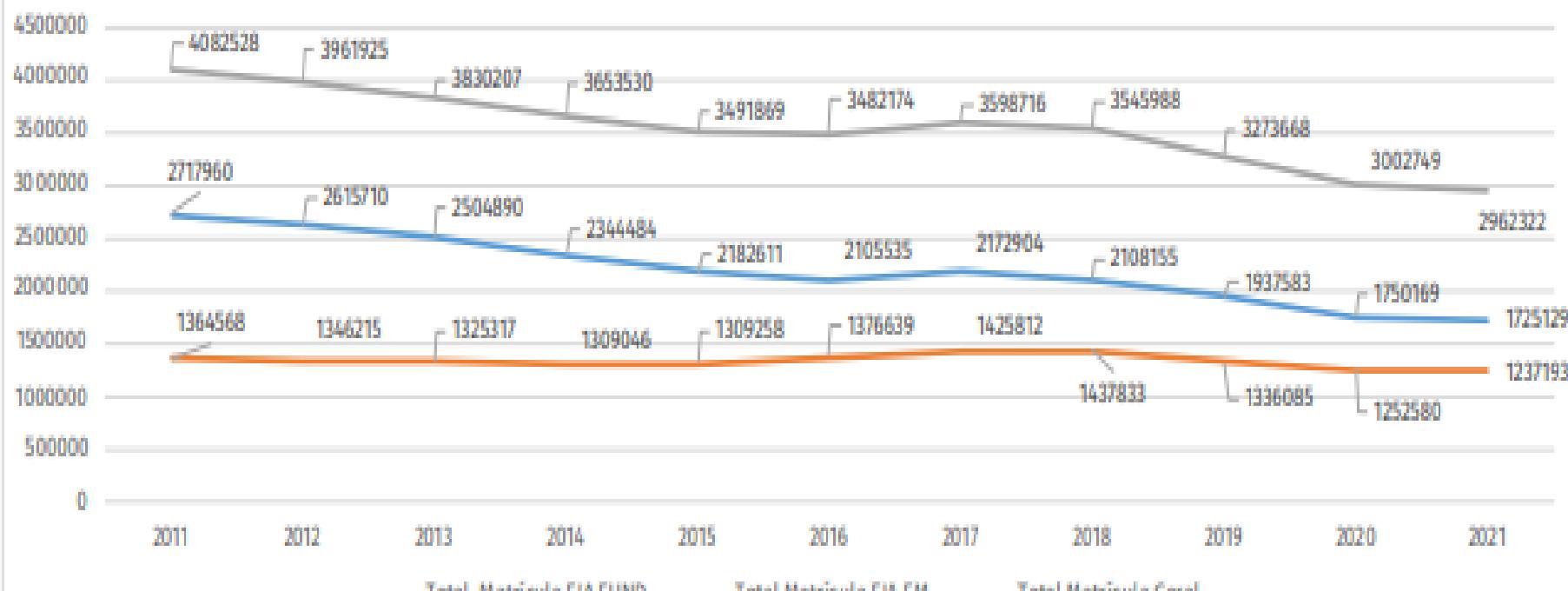
- 1988–96:

Constituição de 1988 e LDB/96 reconhecem EJA como direito à educação básica.

- Anos 1990–2000:

Mobilização social, produção curricular específica e criação da **SECAD/MEC** (2004).

Gráfico 9 - Evolução das matrículas na educação de jovens e adultos (2011-2021)



Fonte: INEP, Censo Escolar.



Gráfico 12 - Número de escolas públicas e privadas que ofertam EJA (2010-2021)

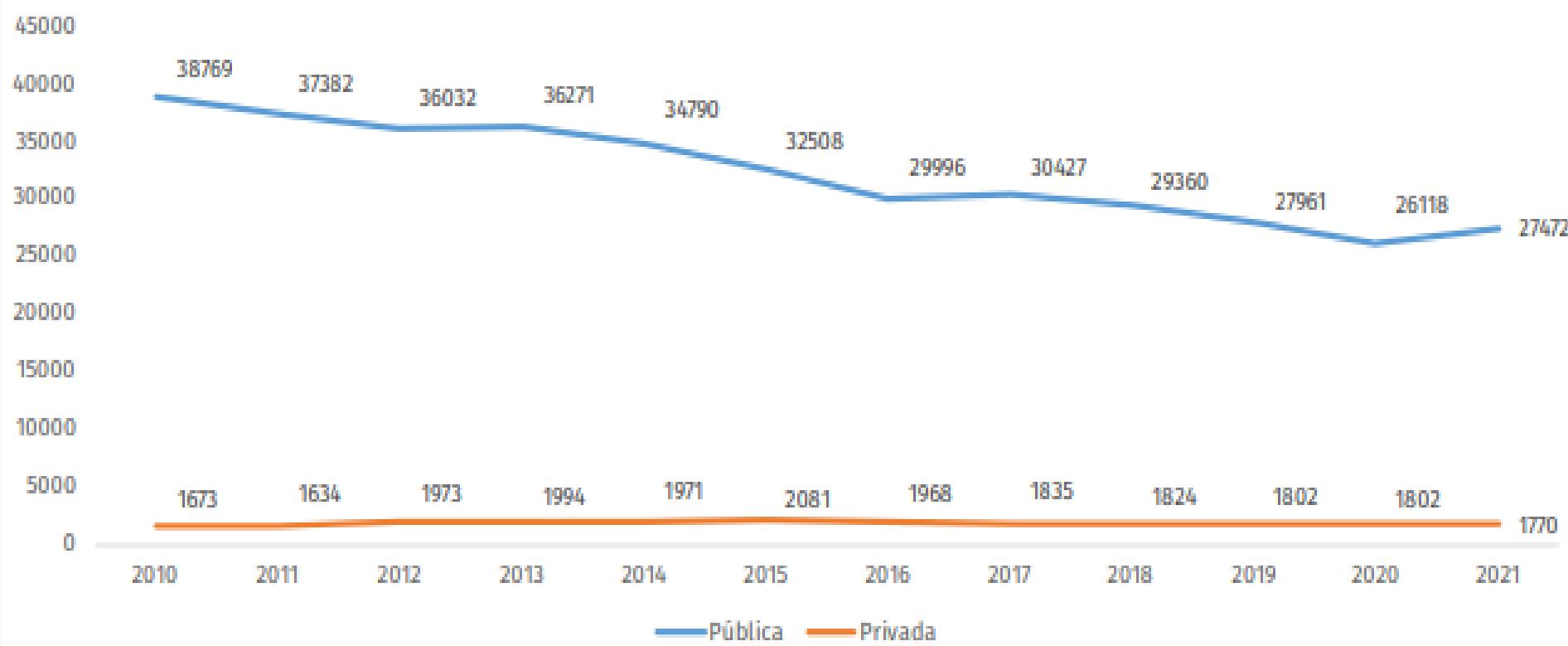
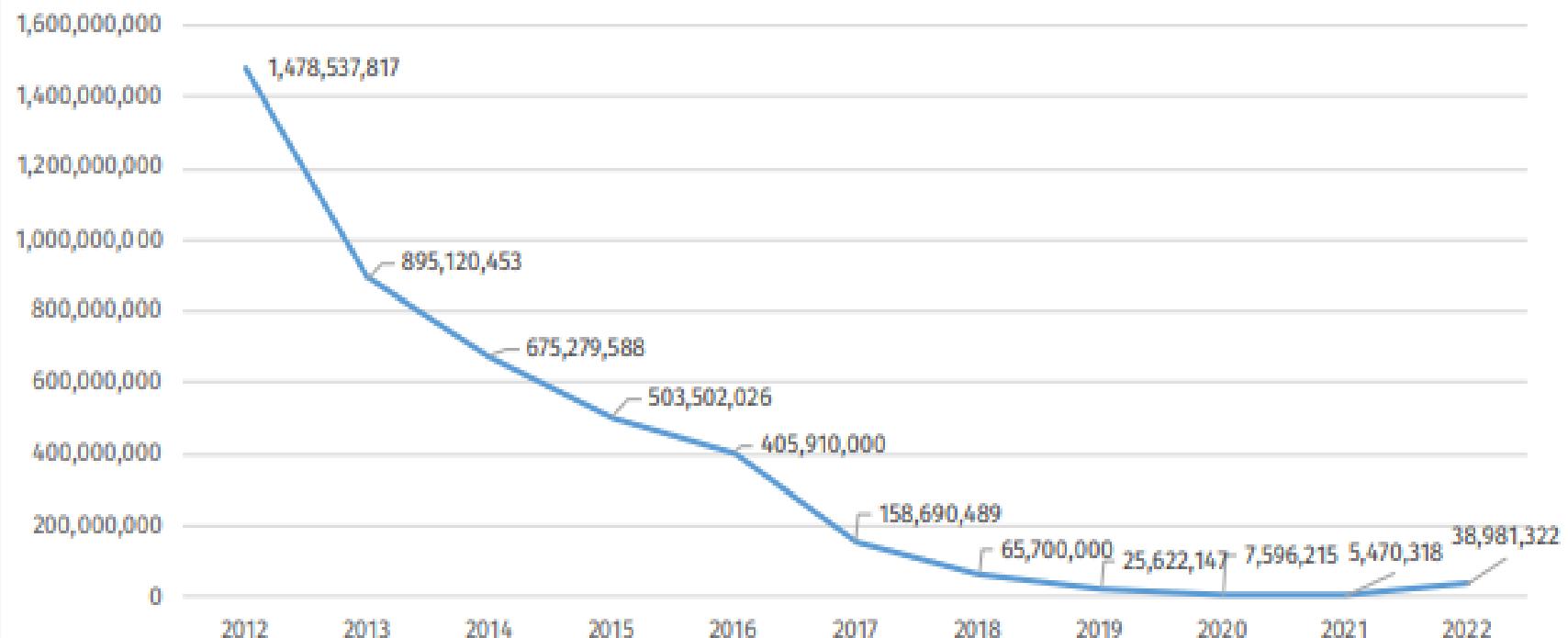


Gráfico 6 - Recursos federais destinados à EJA incluindo ações relativas a alfabetização (2012-2022)



Fonte: SIOP. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento



Censo 2024

- 2.391.319 matrículas – uma redução de 198 mil alunos em comparação a 2023
- 600. 000 matriculas em quatro anos
- 79,4% dos matriculados são negros e pardos



Progressivo esvaziamento da EJA no sistema de educação básica, mediante o processo de fechamento de escolas e de turmas, e diminuição de matrículas, subsistindo apenas as alternativas de certificação em exames, para cuja preparação restam aos candidatos poucas opções que não os cursos a distância (inapropriados para as pessoas com limitado acesso às TICs e que não possuem autodidaxia) com acirramento desigualdades internas ao sistema educativo brasileiro.



Compromisso com a EJA como direito humano e bem comum

É preciso

- reverter a trajetória, resgatando a responsabilidade pública, conforme leis nacionais e compromissos internacionais.
- evitar o imediatismo de campanhas passadas e estabelecer bases sólidas para a elevação da escolaridade e qualificação profissional da população, garantindo educação de qualidade, como previsto na Constituição, LDB, PNE e acordos internacionais.
- restabelecer espaços de diálogo e negociação intergovernamental com participação da sociedade civil, especialmente por meio da reativação da CNAEJA, para construção de uma política nacional de educação e aprendizagem ao longo da vida, considerando a história e especificidades da EJA.

Recomendações

- Cessar o desmonte das políticas de EJA com governança democrática
- Papel ativo do governo federal na indução das políticas públicas
- Financiamento adequado e isonomia em relação às demais modalidades
- Revisão das DCNs para EJA
- Revisão da modalidade na BNCC
- Retomada do PNLD EJA
- Articulação entre EJA e EPT fundamentada na educação integral
- Fomento às pesquisas
- Inclusão no currículo das licenciaturas e programas de educação continuada das os saberes necessários às especificadas do EJA

